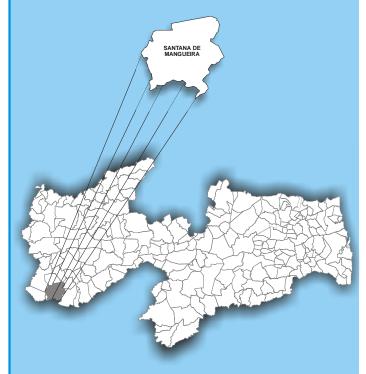
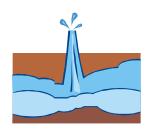
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
PRODEEM - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS



PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA

PARAÍBA











Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

> Secretaria de Desenvolvimento Energético

> > Ministério de Minas e Energia



Outubro/2005

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA Silas Rondeau Cavalcante Silva Ministro de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA Nelson José Hubner Moreira Secretário Executivo

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO Márcio Pereira Zimmermam Secretário

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL Cláudio Scliar Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Auréio Pavão

Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERG ÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS PRODEEM Luiz Carlos Vieira Diretor SERVI CO GEOL ÓGICO DO BRASIL - CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Ávaro Rogério Alencar Silva Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

> Ivanaldo Vieira Gomes da Costa Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Temáeo Superintendente Regional de Recife

Hábio Pereira Superintendente Regional de Belo Horizonte

> Darlan Filgueira Maciel Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira Chefe da Residência Especial de Teresina Ministério de Minas e Energia Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Programa Luz Para Todos Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - PRODEEM Serviço Geológico do Brasil - CPRM Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR Á GUA SUBTERRÂ NEA ESTADO DE PARÁ BA

DIAGNÓSTICO DO MUNIÓ PIO DE SANTANA DE MANGUEIRA

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

Breno Augusto Beltrão Franklin de Morais João de Castro Mascarenhas Jorge Luiz Fortunato de Miranda Luiz Carlos de Souza Junior Vanildo Almeida Mendes

> Recife Setembro/2005

COORDENA ÇÃO GERAL

Frederico Cláudio Peixinho - DEHID

COORDENA ÇÃO TÉCNICA

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENA ÇÃO ADMINISTRATIVO-**FINANCEIRA**

JoséEmílio C. de Oliveira - DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sara Maria Pinotti Benvenuti-DIHEXP

COORDENA CAO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO Francisco C. Lages C. Filho - RESTE João Alfredo C. L. Neves - SUREG-RE João de Castro Mascarenhas -SUREG-RE Jos é Alberto Ribeiro - REFO José Carlos da Silva - SUREG-RE Luiz Fernando C. Bomfim - SUREG-SA Oderson A. de Souza Filho - REFO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO

SUREG-RE

Ari Teixeira de Oliveira Breno Augusto Beltrão Cícero Alves Ferreira Cristiano de Andrade Amaral Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha Franklin de Moraes Frederico José Campelo de Souza Jardo Caetano dos Santos João de Castro Mascarenhas Jorge Luiz Fortunato de Miranda JoséWilson de Castro Temoteo Luiz Carlos de Souza Júnior Manoel Julio da Trindade G. Galvão Saulo de Tarso Monteiro Pires Sérgio Monthezuma Santojanni Guerra Simeones Néri Pereira Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edmilson de Souza Rosas Edvaldo Lima Mota Hermínio Brasil Vilaverde Lopes João Cardoso Ribeiro M. Filho Jos é Cláudio Viegas Luis Henrique Monteiro Pereira Pedro Antânio de Almeida Couto Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares Eduardo Jorge Machado Simões Ely Soares de Oliveira Haroldo Santos Viana Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

REFO

Ângelo Trévia Vieira Felicíssimo Melo Francisco Alves Pessoa Jáder Parente Filho Jos é Roberto de Carvalho Gomes Liano Silva Veríssimo Luiz da Silva Coelho Robério B à o de Aquiar

Antonio Reinaldo Soares Filho Carlos Antônio Luz Cipriano Gomes Oliveira Heinz Alfredo Trein Ney Gonzaga de Souza

EM DESTAQUE

Almir Ara ýo Pacheco- SUREG-BE Ana Cláudia Vieiro -SUREG-PA Bráulio Robério Caye - SUREG-PA Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA Geraldo de B. Pimentel –SUREG-PA Paulo Pontes Ara ýo - SUREG-BE Tomás Edson Vasconcelos - SUREG-GO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior Adriana de Jesus Felipe Alerson Falieri Suarez Almir Gomes Freire -CPRM Ângela Aparecida Pezzuti Antonio Celso R. de Melo - CPRM Antonio Edílson Pereira de Souza Antonio Jean Fontenele Menezes Antonio Manoel Marciano Souza Antonio Marques Honorato Armando Arruda C. Filho - CPRM Carlos A. Gées de Almeida - CPRM Celso Viana Marciel Cícero Renéde Souza Barbosa Cláudio Marcio Fonseca Vilhena Claudionor de Figueiredo Cleiton Pierre da Silva Viana Cristiano Alves da Silva Edivaldo Fateicha - CPRM Eduardo Benevides de Freitas Eduardo Fortes Crisóstomos Eliomar Coutinho Barreto Emanuelly de Almeida Le ão Emerson Garret Menor Emicles Pereira C. de Souza Érika Peconnick Ventura Erval Manoel Linden - CPRM Ewerton Torres de Melo Fábio de Andrade Lima Fábio de Souza Pereira Fábio Luiz Santos Faria Francisco Augusto A. Lima Francisco Edson Alves Rodrigues Francisco Ivanir Medeiros da Silva Francisco José Vasconcelos Souza Francisco Lima Aguiar Junior Francisco Pereira da Silva - CPRM Frederico Antonio Araűo Meneses Geancarlo da Costa Viana Genivaldo Ferreira de Ara ýo Gustavo Lira Meyer Haroldo Brito de Sá Henrique Cristiano C. Alencar Jamile de Souza Ferreira Jaqueline Almeida de Souza Jefté Rocha Holanda João Carlos Fernandes Cunha João Luis Alves da Silva Joelza de Lima Enéas Jorge Hamilton Quidute Goes Jos é Carlos Lopes - CPRM Joselito Santiago Lima Josemar Moura Bezerril Junior Julio Vale de Oliveira Kênia Nogueira Di ágenes Marcos Auréio C. de Gás Filho Matheus Medeiros Mendes Carneiro Michel Pinheiro Rocha Narcelya da Silva Ara ýo Nicácia Débora da Silva Oscar Rodrigues Acioly Júnior Paula Francinete da Silveira Baia Paulo Eduardo Melo Costa Paulo Fernando Rodrigues Galindo Pedro Hermano Barreto Magalh ães Raimundo Correa da Silva Neto Ramiro Francisco Bezerra Santos Raul Frota Gon calves

Saulo Moreira de Andrade -CPRM Sérvulo Fernandez Cunha Thiago de Menezes Freire Valdirene Carneiro Albuquerque Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM Vilmar Souza Leal -CPRM Wagner Ricardo R. de Alkimim Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO

ORGANIZA ÇÃO

Breno Augusto Beltrão Franklin de Morais João de Castro Mascarenhas Jorge Luiz Fortunato de Miranda Luiz Carlos de Souza Junior Vanildo Almeida Mendes

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO E DIAGN ÓSTICO DOS PO ÇOS CADASTRADOS

Breno Augusto Beltrão João de Castro Mascarenhas Luiz Carlos de Souza Júnior Thiago Albuquerque Souza

ASPECTOS SOCIOECON ÔMICOS

Breno Augusto Beltrão Liliane Assunção Serra Ramos Campos Maria Lúcia Acioli Beltrão Thiago Albuquerquer Souza

FIGURAS ILUSTRATIVAS

Aloízio da Silva Leal Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima Núbia Chaves Guerra Waldir Duarte Costa Filho

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Carolina Barbosa de Lima Maria Carolina da Motta Agra Robson de Carlo Silva

BANCO DE DADOS

Desenvolvimento dos Sistemas

Josias Barbosa de Lima Ricardo C ésar Bustillos Villafan

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Administra ção

Eriveldo da Silva Mendonça

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Aline Oliveira de Lima Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino Jaqueline Pontes de Lima Miviam Gracielle de Melo Rodrigues

SUPORTE TÉCNICO DE EDITORA ÇÃO

Claudio Scheid Jos é Pessoa Veiga Junior Manoel Júlio da T. Gomes Galvão

ANALISTA DE INFORMAÇÕES

Dalvanise da Rocha S. Bezerril

CPRM - Serviç o Geoló gico do Brasil

Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do municí pio de Santana de Mangueira, estado da Para ba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Morais, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

" Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado da Pará ba"

1. Hidrogeologia - Pará ba - Cadastros. 2. Água subterrânea - Pará ba - Cadastros. I Mascarenhas, João de Castro org. II. Beltrão, Breno Augusto org. III. Souza Júnior, Luiz Carlos de org. IV. Morais, Franklin de. org. V. Mendes, Vanildo Almeida org. VI, Miranda, Jorge Luiz Fortunato de org. VII Ti tulo.

CDD 551.49098133

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hí drica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o iní cio o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hí dricos subterrâneos, de forma compatí vel com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraí ba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais e do Espí rito Santo. Embora com múltiplas finalidades, este projeto visa atender diretamente as necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsí dios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial CPRM – Serviço Geológico do Brasil

SUMÁ RIO

APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	1
2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA	1
3. METODOLOGIA	2
4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍ PIO DE SANTANA DE MANGUEIRA	2
 4.1 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO 4.2 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS 4.3 - ASPECTOS FISIOGRÁFICOS 4.4 - GEOLOGIA 	3 3 4
5. ÁGUAS SUPERFICIAIS	4
6. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS - DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS	5
6.1 - ASPECTOS QUALITATIVOS	8
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	9
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10
ANEXOS	
1 - PLANILHAS DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO	
2 - MAPA DE PONTOS DE ÁGUA	
3 - ARQUIVO DIGITAL - CD ROM	

1. INTRODU ÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastráticos são por demais conhecidos e remontam aos primádios da histária do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade das fontes de água superficiais e subterrâneas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número, quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, que se encontram desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de serem solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está executando o *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea* em consonância com as diretrizes do Governo Federal e dos prop citos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo a realização do cadastro de todos os pogos tubulares, pogos escavados representativos e fontes naturais, em uma área de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 1 – Área de abrangência do Projeto

3. METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização desse projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (po os tubulares, po os escavados e fontes naturais), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do GPS (Global Positioning System) e obtenção de todas as informações possíveis de serem coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poo, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade da água, uso da água e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente á Divisão de Hidrogeologia e Exploração da CPRM, em Fortaleza - Ceará, para, após rigorosa análise, alimentarem um banco de dados. Esses dados, devidamente consistidos e tratados, permitiram a elaboração de um mapa de pontos d'água, para cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando um fácil manuseio e uma compreensão acessível aos diferentes usu ários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água, foram utilizados como base cartográfica, os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos pogos e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *CorelDraw*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem devido à imprecisão nos traçados desses limites, seja pela pequena escala do mapa fonte utilizado no banco de dados (1:250.000), seja por problemas ainda existentes na cartografia estadual, ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores ou, simplesmente, erro na obtenção das coordenadas.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4. CARACTERIZA ÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE MAGUEIRA

4.1 - Localização e Acesso

O município de **Santana de Mangueira**, esta localizado na região Oeste do Estado da Paraíba, limitando-se a Norte com Ibiará a Oeste Conceição e Santa Inês, a Leste Curral Velho e Manaira, a Nordeste diamante e ao Sul com Luanda em Pernambuco. Ocupa uma área de 458,3km², inserida na folha Serra Talhada (SB.24-Z-C-V), escala 1:100.000, editada pelo MINTER/SUDENE em 1972. Os limites do município podem ser observados no Mapa de Recursos Minerais do Estado da Paraíba, na escala 1:500.000, resultante do convênio CPRM/CDRM, publicado em 2002. A sede municipal apresenta uma altitude de 322m e coordenadas geográficas de 38° 19' 55" longitude e 07° 33' 18" de latitude sul.

O acesso a partir de João Pessoa éfeito através da BR-230 atéa cidade Patos, onde toma-se a BR-361 atélbiaráe a partir desta, segue-se pela PB-374 na qual percorre-se cerca de 12 km, neste ponto entra-se em via pavimentada a esquerda, na qual trafega-se por mais 1000m atéa sede municipal, a qual dista cerca de 481,6 km da capital (vide fig. I),

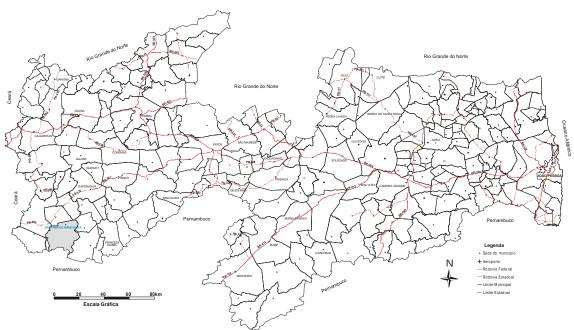


Figura 2 - Mapa de acesso rodoviário

4.2 - Aspectos Socioecon âmicos

O município foi criado pela lei nº 3095 de 05 de Novembro de 1963 e instalado em 30 de Janeiro de 1964. De acordo com útimo censo do IBGE, a comunidade possui uma população de 5.773 habitantes, dos quais 2.912 são homens e 2.861 mulheres. Desse total o número de alfabetizados com idade igual ou superior a 10 anos é de 2.570 o que corresponde a uma taxa de alfabetização de 57,2%. A cidade cont ém cerca de 1.234 domicílios particulares, destes somente 359 possui sistema de esgotamento sanitário, 399 são atendidos pelo sistema estadual de abastecimento de água e 210 com coleta de lixo. No setor de saúde o serviço é prestado por 01 hospital e 02 unidades ambulatoriais. A educação conta com o concurso de 40 estabelecimentos de ensino fundamental e 01 de ensino médio. A agricultura constitui a principal atividade econômica da comunidade. O total de empresas atuantes com CNPJ são em número de 15.

4.3 - Aspectos Fisiográficos

Em termos climatol ágicos o município acha-se inserido no denominado "Polígono das Secas", constituindo um tipo semi-árido quente e seco, segundo a classificação de Koppen (1956). As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando a noite, com variações anuais dentro de um intervalo 23 a 30° C, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante e estação seca. O regime pluviom étrico, al ém de baixo é irregular com médias anuais em torno de 871,1mm/ano, com mínimas e máximas de 339,6 e 1521,8 mm/ano respectivamente. Devido às oscilações dos fatores climáticos, podem ocorrer variações com valores para cima ou para baixo do intervalo referenciado. No geral caracteriza-se pela presença de apenas 02 estações: a seca que constitui o verão, cujo clímax é de Setembro a Dezembro e a chuvosa denominada pelo sertanejo de inverno.

A vegetação é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e arvores de pequeno a médio porte.

Os solos são resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podizólico Vermelho-Amarelo de composição arenoargilosa, tendo-se localmente latossolos e porcões restritas de solos de aluvião.

A rede de drenagem é do tipo intermitente e seu padrão predominantemente dentrítico. Devido à existência de fraturas geológicas mostra variações para retangular e angular. Os riachos e demais cursos d'água que drenam a área, inclusive o maior deles denominado de Riacho da Cruz, constituem afluentes da Bacia do Rio Piranhas.

O relevo acha-se incluso na denominada "Planície Sertaneja", a qual constitui um extenso pediplano arrasado, onde localmente se destacam elevações residuais alongadas e alinhadas com o "trend" da estrutura geológica regional.

4.4 - Geologia

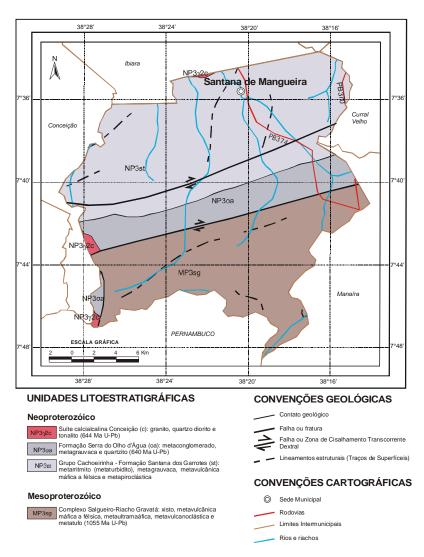


Figura 3 - Mapa Geológico

5. ÁGUAS SUPERFICIAIS

O município de **Santana de Mangueira** encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Piranhas, sub-bacia do Rio Piancó

Seus principais tributários são os riachos: dos Bois, Santana, Calunga, da Fortuna, dos Gatos, Riachão, Germana e da Mata.

Todos os cursos d'água têm regime de escoamento Intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico.

6. ÁGUAS SUBTERR ÂNEAS - DIAGN ÓSTICO DOS PO ÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a existência de 23 pontos d'água, sendo 01 po o amazonas, 02 po os escavados e 19 po os tubulares, conforme mostra a fig.6.1.

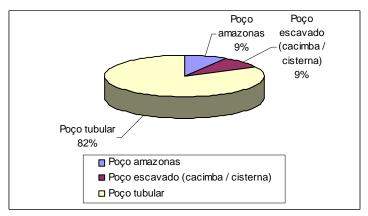


Fig.6.1 - Tipos de pontos d'água cadastrados no município

Com relação à propriedade dos terrenos onde estão localizados os pontos d'água cadastrados, podemos ter: terrenos públicos, quando os terrenos forem de serventia pública e, particulares, quando forem de uso privado. Conforme ilustrado na fig.6.2, existem 03 pontos d'água em terrenos públicos e 20 em terrenos particulares.

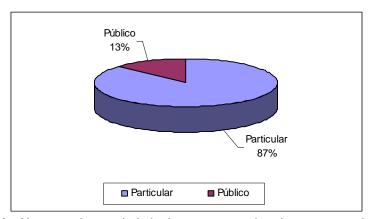


Fig.6.2 –Natureza da propriedade dos terrenos onde existem po cos tubulares.

Quanto ao tipo de abastecimento a que se destina a água, os pontos cadastrados foram classificados em: comunitários, quando atendem a várias famílias e, particulares, quando atendem apenas ao seu proprietário. A fig.6.3 mostra que 20 pontos d'água destinam-se ao atendimento comunitário e 03 pontos não tiveram a finalidade do abastecimento definida.

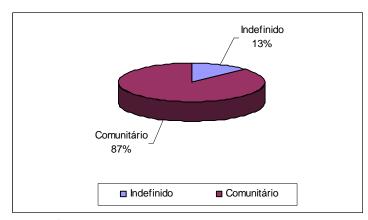


Fig.6.3 – Finalidade do abastecimento dos poços.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados. Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles poços que foram perfurados, tiveram um resultado positivo, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, representam os poços que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, éapresentada em números absolutos no quadro 6.1 e em termos percentuais na fig.6.4.

Quadro 6.1 -Situação dos po cadastrados conforme a finalidade do uso

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Indefinido
Comunitário	3	12	1	4	-
Particular	•	-	•	·	•
Indefinido	3	-	-	-	-
Total	6	12	1	4	•



Fig.6.4 – Situação dos pocos cadastrados

Em relação ao uso da água, 42% dos pontos cadastrados são destinados ao uso doméstico primário (água de consumo humano para beber); 35% são utilizados para o uso doméstico secundário (água de consumo humano para uso geral); 03% para agricultura; e 20% para dessedentação animal, conforme mostra a fig.6.5.

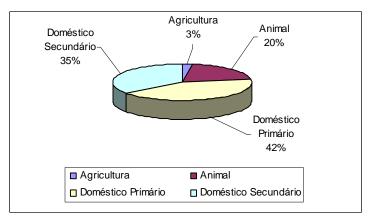


Fig.6.5 - Uso da água

A fig.6.6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente em operação e os poços inativos (paralisados e n ão instalados) que são passíveis de entrar em funcionamento.

Verificou-se a existência de 04 poços particulares não instalados ou paralisados e, portanto, passíveis de entrar em funcionamento, podendo vir a somar suas descargas àquelas dos 13 poços que estão em operação.

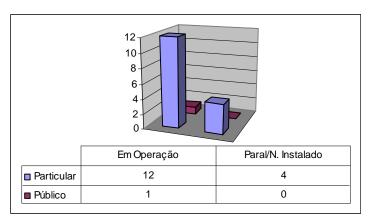


Fig.6.6 – Relação entre popos em uso e desativados

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos po ϕ s, a fig.6.7 mostra que 09 po ϕ s utilizam energia el $\dot{\phi}$ rica, sendo todos particulares, enquanto 02 po ϕ s utilizam outras formas de energia, sendo tamb $\dot{\phi}$ m particulares.

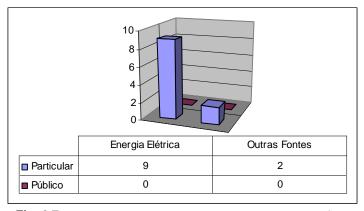


Fig. 6.7 - Tipo de energia utilizada no bombeamento d'água

6.1 - Aspectos Qualitativos

Com relação à qualidade das águas dos pontos cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade el átrica, que éa capacidade de uma substância conduzir a corrente el átrica estando diretamente ligada ao teor de sais dissolvidos sob a forma de íons.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade el átrica multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sáldos totais dissolvidos (STD) na água. Para as águas subterrâneas analisadas, a condutividade el átrica multiplicada pelo fator 0,65 fornece o teor de sáldos dissolvidos.

Conforme a Portaria nº 1.469/FUNASA, que estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano, o valor máximo permitido para os sáidos dissolvidos (STD) é 1000 mg/l. Teores elevados deste parâmetro indicam que a água tem sabor desagradável, podendo causar problemas digestivos, principalmente nas crianças, e danifica as redes de distribuição.

Para efeito de classificação das águas dos pontos cadastrados no município, foram considerados os seguintes intervalos de STD (S didos Totais Dissolvidos):

0	а	500 mg/1	água doce
501	а	1.500 mg/1	água salobra
;	>	1.500 mg/1	água salgada

Foram coletadas e analisadas amostras de 12 pontos d'água. Os resultados das anáises mostraram valores oscilando de 460,20 e 1168,70 mg/1, com valor médio de 806,87 mg/1. Observando o quadro 6.2 e a fig.6.8, que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, verifica-se a predominância de água salobra em 92% dos pontos amostrados.

Quadro 6.2 – Qualidade das áquas subterrâneas no município conforme a situação do poco

Qualidade da água	Em Uso	Não Instalado	Paralisado	Indefinido	Total
Doce	1	-	-	-	1
Salobra	11	-	-	-	11
Salina	-	-	-	-	0
Total	12	0	0	0	12

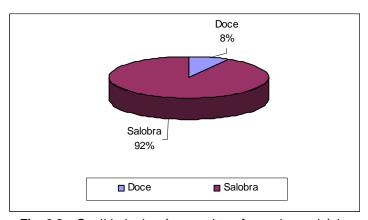


Fig. 6.8 – Qualidade das águas subterrâneas do município.

7. CONCLUS ŒS E RECOMENDA ÇŒS

A análise dos dados referentes ao cadastramento de pontos d´água executado no município permitiu estabelecer as seguintes conclus ces:

 A situação atual dos poços tubulares existentes no município é apresentada no quadro 7.1 a seguir:

Quadro 7.1 – Situação atual dos poros cadastrados no município.

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Indefinido	Total
Público	2 (67%)	-	1 (33%)	-	-	3 (13%)
Particular	4 (20%)	12 (60%)	-	4 (20%)	-	20 (87%)
Indefinido	-	-	-	-	-	0 (0%)
Total	6 (26%)	12 (52%)	1 (4%)	4 (17%)	-	23 (100%)

- Os 23 pontos d'água cadastrados estão assim distribuídos: 19 poços tubulares, 02 poços amazonas e 02 poços escavados, sendo que 12 encontram-se em operação e 06 foram descartados (abandonados) por estarem secos ou obstruídos. Os 05 pontos restantes incluem os não instalados e os paralisados, por motivos os mais diversos. Estes poços representam uma reserva potencial substancial, que pode vir a reforçar o abastecimento no município se, após uma análise técnica apurada, forem considerados aptos à recuperação e/ou instalação. Cabe à administração municipal promover ou articular o processo de análise desses poços, podendo aumentar substancialmente a oferta hídrica no município.
- Foram feitas analises em 12 amostras d'água, tendo 01 apresentado água doce e, 11, águas salobras ou salinas, evidenciando a necessidade de uma urgente intervenção do poder público, principalmente no que concerne aos poços comunitários, visando a instalação de dessalinizadores, para melhoria da qualidade da água oferecida à população e redução dos riscos à sa úde existentes.
- Po cos paralisados ou não instalados em virtude da alta salinidade e que possam ter uso comunitário, também devem ser analisados em detalhe (vazão, anáise físico-química, nº de famílias atendidas, etc) para verificação da viabilidade da instalação de equipamentos de dessalinização.
- Deve ser analisada a possibilidade de treinamento de moradores das proximidades dos po ços, para manuten ção de bombas e dessalinizadores em caso de pequenos defeitos, ou ainda, para serem os responsáveis por fazer a comunica ção à Prefeitura Municipal, em caso de problemas mais graves, para que sejam tomadas ou articuladas as medidas cabíveis.
- Importante chamar a atenção para o lançamento inadequado dos rejeitos dos dessalinizadores (geralmente direto no solo). Énecessário que as prefeituras se empenhem no sentido de dotar os poços equipados com dessalinizadores, de um receptáculo adequado, evitando a poluição do aqüífero e a salinização do solo.
- Todos os poços devem ser submetidos a manutenção periódica para assegurar o seu pleno funcionamento, principalmente em tempos de estiagem prolongada. Por manutenção periódica entende-se um período, no mínimo anual, para retirada de equipamento do poço e sua manutenção e limpeza, além de limpeza do poço como um todo, possibilitando a recuperação ou manutenção das suas vazões originais.
- Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas em todos os poços ativos e paralisados, possíveis de recuperação, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção, etc. O que pode ser articulado entre a Prefeitura Municipal e a própria população beneficiária do poço.
- Quanto aos poços abandonados, devem ser tomadas medidas de contenção, como a colocação de tampas soldadas ou aparafusadas, visando evitar a contaminação do lençol freático, provocada pela queda acidental de pequenos animais e/ou pela introdução de corpos estranhos, especialmente os colocados por crianças, um fato muito comum nas áreas visitadas.

8. REFER ÊNCIAS BIBLIOGR ÁFICAS

ANU ÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2000. Brasília: DNPM, v.29, 2000. 401p.

BRASIL. MINIST ÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Secretaria de Minas e Metalurgia; CPRM – Serviço Geológico do Brasil [CD ROM] *Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil, Sistema de Informa ções Geográficas – SIG*. Mapas na escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2001. Disponível em 04 CD's

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Geografia do Brasil. Região Nordeste.* Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. Disponível em 1 CD.

FUNDA ÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Mapas Base dos municípios do Estado da Paraíba.* Escalas variadas. In édito.

RODRIGUES E SILVA, Fernando Barreto; SANTOS, José Carlos Pereira dos; SILVA, Ademar Barros da et al [CD ROM] **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico**. Recife: Embrapa Solos. Petrolina: Semi-Árido, 2000. Disponível em 1 CD

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Agua Subterrâ	nea
Diagnóstico do Municí pio de Santana de Mangu	eira
Estado da Para	aí ba

Δ	N	F	Y	<u></u>	1
$\overline{}$	w	_	л	u	

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Municí pio de Santana de Mangueira – Estado da Paraí ba

CÓDIGO	LOCALIDADE	LATITUDE	LONGITUDE	PONTO DE	NATUREZA	PROF.	VAZ ÃO	SITUA ÇÃO	EQUIPAMENTO DE	FONTE	FINALIDADE	STD
PO ÇO		S	W	ÁGUA	DO TERRENO	(m)	(L/h)	DO PO ÇO	BOMBEAMENTO	DE ENERGIA	DO USO	(mg/L)
CM868	CANDINHA	073425,4	382226,7	Poço tubular	Particular			Paralisado	Catavento		Doméstico Primário,	
CM869	SERRA VERMELHA	073549,7	382154,3	Poço escavado	Particular	6		Em Operação	Sarilho		Doméstico Primário, Doméstico Secundário,	633,75
CM870	SERRA VERMELHA	073606,6	382121,1	Poœ tubular	Particular	54		Em Operação	Bomba submersa	Trifásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	737,1
CM871	MANDACAR Ú	073701,7	381207,8	Poœ tubular	Particular	50		Em Operação	Bomba submersa	Trifásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário,	566,15
CM872	ÁGUA GRANDE	073643,7	381119,4	Poœ tubular	Particular	37		Em Operação	Bomba submersa	Trifásica	Dom éstico Prim ário, Dom éstico Secund ário, Animal,	1168,7
CM873	ÁGUA GRANDE	073643,0	381109,8	Pop tubular	Particular	45		Em Operação	Bomba injetora	Monofásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário,	935,35
CM874	ÁGUA GRANDE	073646,4	381134,2	Poœ tubular	Particular	40		Em Operação	Bomba submersa	Trifásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário,	715,65
CM875	SEDE(HOSPITAL)	073259,8	382005,7	Poço tubular	Público	50		Abandonado	Não equipado		i	
CM876	FIGUEIRA	074100,9	381751,9	Poço tubular	Particular	58		Paralisado	Catavento		Dom éstico Prim ário,	
CM877	FIGUEIRA	074102,0	381751,7	Poço escavado	Particular	6,4		Em Operação	Sarilho		Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	947,7
CM878	FIGUEIRA	074053,8	381650,0	Poœ tubular	Particular	50		Em Operação	Bomba submersa	Trifásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	793
CM879	SÍTIO LAJES	073951,6	381708,9	Pop tubular	Particular	50		Abandonado	Não equipado		,	
CM880	PAU FERRO	073810,3	381509,5	Poço tubular	Particular	45		Paralisado	Catavento		Dom éstico Prim ário,	
CM881	PO CACHORRO	073742,1	381336,9	Poço tubular	Particular	62		Abandonado	Não equipado		,	
CM882	PO ÇO CACHORRO	073731,4	381329,0	Poço tubular	Particular			Abandonado	Não equipado		,	
CM883	PO ÇO CACHORRO	073730,7	381332,7	Poço tubular	Particular			Abandonado	Não equipado		,	
CM884	SEDE	073318,4	381954,5	Poço tubular	Público	50		Não Instalado	Não equipado		Doméstico Primário, Doméstico Secundário,	
CM885	SEDE	073318,2	381958,5	Pop tubular	Público			Abandonado	Não equipado		,	
CM886	CARNA ÚBA SECA	073401,5	381915,7	Pop tubular	Particular	50		Paralisado	Catavento		Doméstico Primário, Doméstico Secundário,	
CT118	FAZENDA CALDEIRÃO	074226,8	381930,8	Pop amazonas	Particular	4,5		Em Operação	Bomba centrifuga	Monofásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	716,3
CT119	CALDEIR ÃO / UMBUZEIRO	074151,3	381937,5	Pop tubular	Particular			Em Operação	Bomba injetora	Monofásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	460,2
CT121	SÍTIO BARREIROS	074206,6	382127,4	Pop amazonas	Particular	7		Em Operação	Sarilho		Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal,	916,5
CT122	SITIO BARREIROS / SÃO BENTO	074211,0	382135,8	Pop tubular	Particular	32		Em Operação	Bomba injetora	Monofásica	Doméstico Primário, Doméstico Secundário, Animal, Agricultura,	1092

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS D ÁGUA